

3. Dimensionando os Colégios Militares

3.1. O Sistema Colégio Militar do Brasil como um todo...

Reconhecendo a importância da dimensão material na constituição da identidade dos alunos dos Colégios Militares, descreveremos, neste capítulo, o SCMB mais por seus aspectos quantitativos: uma aproximação a como *eles estão*, por meio do *quanto eles estão*.

Os Colégios Militares são doze, distribuídos, ao longo de cento e vinte e seis anos, por todas as regiões do Brasil. É possível reunir suas inaugurações em quatro períodos, demarcando as diferentes motivações para a expansão do sistema:

ANO	NOME / CIDADE	REGIÃO	PERÍODO
1889	Colégio Militar do Rio de Janeiro	SE	República Velha
1912	Colégio Militar de Porto Alegre	S	
1919	Colégio Militar de Fortaleza	NE	
1955	Colégio Militar de Belo Horizonte	SE	Governo JK
1957	Colégio Militar de Salvador	NE	
1958	Colégio Militar de Curitiba	S	
1959	Colégio Militar do Recife	NE	
1971	Colégio Militar de Manaus	N	Governos Militares
1978	Colégio Militar de Brasília	CO	
1993	Colégio Militar de Juiz de Fora	SE	Retomada Assistencial
1993	Colégio Militar de Campo Grande	CO	
1994	Colégio Militar de Santa Maria	S	

Fonte: http://www.depa.ensino.eb.br/pag_historico.htm (acessado em: 14 FEV 15)

A boa compreensão dessa tabela exige informações adicionais, algumas apresentadas no capítulo anterior (os fechamentos de Colégios – Barbacena, Salvador, Curitiba, Recife e Belo Horizonte –; e posteriores reaberturas, na gestão do então Ministro do Exército Gen. Zenildo de Lucena – Salvador, Curitiba, Recife e Belo Horizonte), bem como, a seguir, a caracterização arquitetônica de cada CM.

A grande maioria dos Colégios aproveitou instalações originalmente construídas para outros fins (aquartelamentos ou outros prédios públicos). Os que funcionam, hoje, em edificações construídas para serem escolas são: CMS (quando

de sua ida para o endereço definitivo, no bairro da Pituba, em 1961); CMC; CMR (a partir de sua reabertura em 1993 – antes, ocupou instalações na Faculdade de Medicina do Recife); CMB; CMJF; CMCG; e CMSM.

Dentre eles, os de Recife (porque foi reaberto em outro lugar), Juiz de Fora, Campo Grande e Santa Maria dividem a mesma planta arquitetônica baseada em módulos e predominantemente plana, o que lhes atribui uma aparência bem característica.

É importante incluir, nesta descrição quantitativa, essas informações da arquitetura, porque muito da identidade dos Colégios – no que ela faz parte da identidade coletiva maior, induzida pela instituição militar, e no que ela consegue particularizar como identidade própria – tem a ver com sua materialização no terreno, com sua apropriação do espaço disponível, jogando, sempre, entre as contingências racionais de sua finalidade (sua “missão a cumprir”, no caso, a formação dos alunos na educação básica) e as demandas simbólicas de uma instituição que se vê no espaço em que ocupa e busca trazer, para este espaço, os registros maiores daquilo a que chamamos de Pátria.

Aqueles Colégios que emprestaram espaços construídos originalmente para outros fins herdaram, daquelas primeiras topografias, pelos menos algumas dificuldades de adaptação para o uso educativo, senão a influência mesma da história anterior, como é o caso dos CMPA e CMM, ocupantes de antigas instalações administrativas do Exército. São Colégios encaixotados, sem espaço para expansão ou maiores mudanças em suas instalações. Por outro lado, os Colégios mais novos, mercê da plasticidade que suas arquiteturas (desenhadas para o uso escolar) lhes conferem, conseguem ser mais leves e mais adaptáveis às mudanças da pedagogia.

Ainda sobre este quesito, é interesse salientar como os Colégios mais antigos – em especial aqueles do período “República Velha” – sentem o peso da história agregada às suas paredes, aos seus corredores, deixando muito clara a impressão que habitar estes educandários (como alunos, professores ou outros funcionários) é vivenciar o passado explicitado, grafado nos entornos, como uma versão da história, mais do que publicizada, propagandeada pela instituição militar.

Vamos dimensionar, agora, os CM pelos efetivos de alunos que eles atendem:

ANO	NOME / CIDADE	EFETIVO	TAMANHO
1889	Colégio Militar do Rio de Janeiro	2025	GRANDE
1912	Colégio Militar de Porto Alegre	1077	MÉDIO
1919	Colégio Militar de Fortaleza	946	MÉDIO
1955	Colégio Militar de Belo Horizonte	661	PEQUENO
1957	Colégio Militar de Salvador	848	MÉDIO
1958	Colégio Militar de Curitiba	961	MÉDIO
1959	Colégio Militar do Recife	867	MÉDIO
1971	Colégio Militar de Manaus	909	MÉDIO
1978	Colégio Militar de Brasília	2849	GRANDE
1993	Colégio Militar de Juiz de Fora	866	MÉDIO
1993	Colégio Militar de Campo Grande	998	MÉDIO
1994	Colégio Militar de Santa Maria	786	MÉDIO
TOTAL		13793	

Fonte: Colégios Militares (2014)

É interessante classificá-los em “pequenos”, “médios” ou “grandes”, na medida em que seja possível identificar diferenças de funcionamento entre eles, atribuíveis aos seus tamanhos. Assim é que o CMBH, *porque tem o menor dos efetivos discentes*, se comporta de modo diferente ao CMSM, o Colégio imediatamente maior.

Os tamanhos dos CM não espelham a procura por vagas nas cidades (guarnições militares) em que estão instalados. Isso leva a que alguns estejam sobreocupados e outros subocupados, o que se reflete no número de alunos por sala de aula (“ensalamento”). O CMB, ainda que contenha, sozinho, 20,1% de todos os alunos, detém o pior “ensalamento” do SCMB, sempre superior a 30 alunos por sala em qualquer ano letivo, isso porque a procura por vagas, na capital da República (onde há grande concentração de militares), é sempre maior do que a oferta.

Estas relações entre os tamanhos dos CM e as demandas locais evidenciam como outras condicionantes pesaram na escolha dos locais para as destinações das

escolas, que não a racionalidade utilitarista mais simplória: pelos menos dois deles – os de Belo Horizonte e de Juiz de Fora, ambos no estado de Minas Gerais – detêm seres históricas de ocupação aquém de suas capacidades, isso porque nunca houve, naquelas guarnições militares, demanda que justificasse a criação desses Colégios.

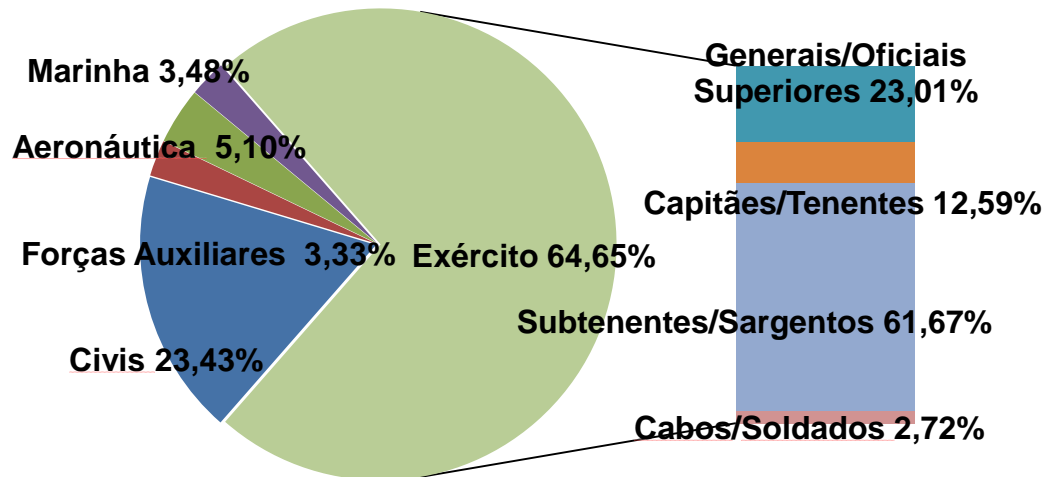
Os efetivos se dividem em fatias quase iguais, por gêneros: 53% de meninos, para 47% de meninas. Cumpre observar, sempre, o enorme impacto que a admissão de mulheres, a partir de 1989, provocou na identidade dos Colégios, até então erigida sobre o referencial castrense fortemente masculino⁶⁷, e que será motivo de aprofundamentos nos próximos capítulos.

A próxima classificação interna que nos interessa – tendo visto as distinções por tamanho e por gênero – é a condição de ingresso: se por amparo assistencial ou por processo seletivo (concurso universal).

A maior parte das vagas se destina ao amparo assistencial, estando reservadas aos dependentes de militares da ativa, os quais entram em qualquer ano letivo sem seleção intelectual, segundo normatização do Regulamento dos Colégios Militares (R-69). A parte menor, complementar a primeira, se destina a todos os candidatos (civis e militares) selecionados intelectualmente por concurso universal, para o sexto ano letivo do Ensino Fundamental e o primeiro ano letivo do Ensino Médio.

Esta classificação é incontornável para qualquer estudo de cunho pedagógico que se faça nos CM, em especial a partir da segunda metade dos anos noventa do século passado, quando os perfis dos alunos admitidos por uma ou outra forma de ingresso começaram a se distanciar fortemente. Isso porque – mercê do incremento na finalidade assistencial dos CM – a admissão sem seleção intelectual (alunos ditos “amparados” ou “assistidos”), possibilitou a entrada de um público inédito nos Colégios Militares, conforme se depreende do gráfico a seguir:

⁶⁷ Foge ao escopo deste trabalho, porque centrado no CMRJ, investigar possíveis diferenças entre aqueles CM que viveram a entrada das mulheres – porque foram fundados no tempo da exclusividade masculina – e aqueles que foram fundados já na bipartição por gêneros. Inclusive, sofisticando esta possibilidade de investigação que não será feita no momento, há que se observar aqueles Colégios fechados só admitindo homens (1988) e reabertos aceitando mulheres (1993).



Fonte: Colégios Militares (2014)

A fatia maior é dos dependentes de militares do Exército (64,65%), admitidos, em grande parte (cerca de 90%), pelos critérios assistenciais definidos no R-69 e, em menor parte, pelo processo seletivo (10%). Se incluirmos nessa fatia os dependentes das outras Forças Armadas (Marinha e Aeronáutica) e das Forças Auxiliares (Corpo de Bombeiros e Polícia Militar), chegamos a 76,56% dos alunos. A distinção entre perfis que aludimos tem a ver com a coluna da direita, que se destina a estratificar o segmento do Exército segundo os postos (oficiais) e graduações (praças) dos responsáveis: se somarmos os 61,67% de dependentes de subtenentes ou sargentos com os 2,72% de dependentes de cabos ou soldados, temos 64,39% de alunos oriundos do universo de praças. Se incluirmos, ainda, aqueles 12,59% que são dependentes de capitães e tenentes (os quais, por questões de idade, são aqueles capitães e tenentes oriundos do universo de praças – chamados “do Quadro Auxiliar de Oficiais [QAO]”), então atingimos a marca de 76,98% de alunos que, sendo dependentes de militares do Exército, pertencem (ou pertenceram) ao universo de praças.

Este é um público inédito nos Colégios Militares, seja porque, historicamente, a própria sociedade civil obstaculizava o acesso de crianças mais pobres ao terceiro ciclo do Ensino Fundamental – porta de entrada dos CM –, seja porque o Exército, confirmando a herança elitista dos Colégios Militares – celeiro da reprodução da oficialidade militar (CUNHA, 2006), instituía processos seletivos para seu próprio público interno.

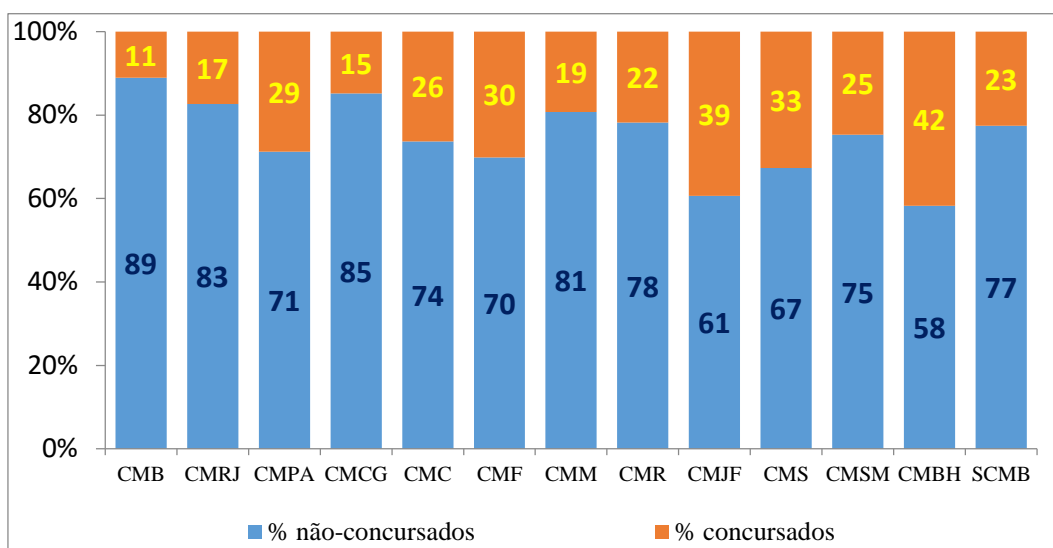
A entrada maciça dos filhos de praças – segmento menos favorecido na pirâmide social das Forças Armadas – cria uma clivagem em relação ao público advindo dos concursos, esse selecionado fortemente a partir da classe média brasileira, e mais próximo do ideário alimentador da identidade castrense.

Passam a existir, como decorrência desse fenômeno, dois públicos muito bem marcados dentro dos CM: aquele “concursado”, aderido a imagem historicamente construída do aluno ideal para os Colégios Militares, aluno este que corresponde prontamente à expectativa dos docentes e da própria instituição militar; e aquele “amparado”, o qual, ainda que mencionado como justificativa primeira da criação de todo o SCMB, só se materializou, com suas demandas e diversidade⁶⁸ específicas, no fim do século passado.

Ter de lidar com dois públicos, ou, no limite, com uma diversidade que só adentra aos Colégios Militares quando desta conjugação de possibilidades – o crescimento do acesso e da permanência na educação básica atingidos na segunda metade da década de 1990 e o impulso assistencial que o Exército concede à sua política de pessoal, no mesmo período – é o desafio pedagógico de todo o SCMB, neste terceiro milênio.

⁶⁸ Interessa-nos, para a pesquisa em tela, como a diversidade trazida pela mudança no perfil dos alunos se relaciona com o referencial dominante da identidade militar.

Observando esta estratificação em todos os CM, temos:



Prosseguindo nas quantificações que delinham os Colégios Militares, vamos examinar o cotidiano escolar.

O ensino oferecido no SCMB contempla do 6º ao 9º anos do Ensino Fundamental (3º e 4º ciclos) e do 1º ao 3º anos do Ensino Médio. É importante destacar que, apesar de todas as idas e vindas do ensino militar ao longo do século passado, particularmente quanto a todas as modificações promovidas em sua primeira metade (MOTTA, 1998), o ensino nos CM sempre esteve direcionado para a mesma faixa etária – masculina, até 1989 – correspondente ao público “ginasiano”.

Porque submetidos à Lei nº 9.394/96, das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), todos os CM seguem as mesmas imposições federais. Seus anos letivos têm, no mínimo, 200 dias, planejados a partir de um calendário único produzido pela Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA)⁶⁹.

⁶⁹ A DEPA foi criada em 1973 (Decreto nº 71.823, de 7 de fevereiro de 1973), para coordenar as atividades de planejamento e condução do ensino nos Colégios Militares. Não se falava, então, em “sistema”, expressão que só foi incorporada ao discurso e à missão da Diretoria a partir de meados dos anos 1980 (Fonte: http://www.depa.ensino.eb.br/pag_historico.htm, acessado em 15 FEV 15).

A carga didática praticada por cada CM é igual ou superior a trinta horas-aula semanais (de 45 minutos), totalizando um mínimo de 1.200 horas-aula anuais (54.000 minutos), bem acima do piso fixado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE).

Nesta carga didática, são seguidas as distinções legais quanto aos conteúdos da “Base Nacional Comum” e da “Parte Diversificada”, sendo contempladas, no Ensino Fundamental – em dosagens diferentes para cada ano letivo –, as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Ciências Físicas e Biológicas, Desenho Geométrico⁷⁰, Educação Física, Arte, História e Geografia; e, no Ensino Médio, as disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Literatura, Química, Física, Biologia, Educação Física, Arte, História, Filosofia, Sociologia e Geografia.

Nada que diferencie o SCMB de outras escolas de perfil tradicional, conteudista e humanista; uma análise mais acurada da extensão das cargas didáticas por disciplinas apontará para uma concentração nas áreas que o Ministério da Educação classifica como “Matemática e suas tecnologias” e “Ciências da Natureza e suas tecnologias”, em relação às áreas chamadas de “Linguagens, Códigos e suas tecnologias” e “Ciências Humanas e suas tecnologias”, no que, também, o SCMB não se distingue da tendência mais geral de incremento do ensino de ciências nas escolas da Educação Básica.

Dentro das chamadas “Grades curriculares” (do Ensino Fundamental e do Ensino Médio) que enfeixam as disciplinas do currículo formal, os CM reservam uma hora-aula quinzenal para “Instrução Cívico-Militar” (ICM) e uma hora-aula semanal para “Atividade Cívico-Militar” (ACM). Esta, se refere ao tempo mínimo necessário – muitas vezes insuficiente – para a realização da formatura semanal de todo os alunos (Corpo Discente) para o Comandante do Colégio, enquanto aquela se refere ao tempo de treinamento (Ordem Unida) destinado à preparação dos alunos para o desempenho nas formaturas e outras atividades específicas do comportamento militar.

⁷⁰ A disciplina de “Desenho Geométrico” é uma especificidade do SCMB, ancorada muito mais em seu valor como parte de uma “tradição” do ensino, do que no valor que agrega à formação dos alunos. Até tempos recentes, no SCMB também se ensinava a disciplina de “Geometria Descritiva”, a qual usufruiu de uma grande sobrevida, apesar da caducidade de sua justificativa.

É claro que o tempo de preparação (ICM) não é suficiente para os padrões de exigência dos CM; decorre deste descompasso que, frequentemente, os alunos destinam horários extraclasse para os treinamentos ou têm tempos destinados a outras disciplinas desviados para a Ordem Unida.

É importante reiterar que os alunos, na vivência diária das rotinas dos Colégios, estão imersos nessa “montação” da identidade militar, sendo, portanto, cobrados – mais quando são alunos novos, menos ao longo de seu amadurecimento dentro da instituição – em inúmeros momentos do cotidiano escolar. O somatório dessas micro-cobranças, que vão desde admoestações em diversos tons (“olha a continência, aluno!”, “arrume esta boina cabeça! Está parecendo uma pizza!”), até punições segundo as Normas Reguladoras do Regime Disciplinar dos Alunos dos Colégios Militares – NRRD⁷¹, compõem uma grande carga de currículo oculto (APPLE, 1989), portanto não incluída no currículo formal praticado nos Colégios.

Como será melhor exemplificado nos capítulos da segunda parte, os alunos convivem, em diversos níveis, com as cobranças de comportamento. A própria figura do “Corpo de Alunos”, mimetizada do “Corpo de Cadetes” idealizado pelo Marechal Pessoa (CÂMARA, 2001), cumpre (também) a função de organismo responsável, dentro dos CM, pelo controle do comportamento dos alunos, como podemos concluir de algumas de suas atribuições normatizadas no R-69:

“(...) II - assegurar o enquadramento disciplinar e desenvolver o espírito cívico, estimulando a prática dos valores e o culto às tradições militares, de maneira compatível com a idade dos alunos;

III - exercer permanente ação educacional sobre os alunos;

IV - executar as atividades de ensino que lhe forem determinadas;

V - aplicar os princípios de justiça e disciplina, de acordo com o RI/CM;

(...)

VII - supervisionar, coordenar e controlar o corpo discente, no que se refere às atividades administrativas e às instruções cívico-militares; (...)” [sublinhos nossos] (Art. 21 do R-69)

⁷¹ Anexo “E” e correspondente apêndice “1” do Regimento Interno dos Colégios Militares (RICM), edição de 2012. Disponível em: http://www.depa.ensino.eb.br/pag_legislacao.htm, acessado em: 15 FEV 15.

e no Regimento Interno dos Colégios Militares (RICM):

“(...) III - coordenar e acompanhar a execução da Instrução Cívica e Militar (ICM) do CA, prevista na grade curricular, de acordo com os planos de ICM, avaliando os PET e os PA elaborados;

(...)

V - orientar permanentemente as ações dos Cmt Cia e dos monitores, no que diz respeito ao trato e ao enquadramento do corpo discente, em cumprimento às normas disciplinares anexas a este RI, respeitando o Estatuto da Criança e do Adolescente e o direito de ampla defesa e do contraditório; (...)” [sublinhos nossos] (Art. 28 do RICM)

Se considerarmos, em complemento, a definição de disciplina, como se encontra no Estatuto dos Militares – E1 (Lei nº 6.880 / 1980):

“2º Disciplina é a rigorosa observância e o acatamento integral das leis, regulamentos, normas e disposições que fundamentam o organismo militar e coordenam seu funcionamento regular e harmônico, traduzindo-se pelo perfeito cumprimento do dever por parte de todos e de cada um dos componentes desse organismo.

§ 3º A disciplina e o respeito à hierarquia devem ser mantidos em todas as circunstâncias da vida entre militares da ativa, da reserva remunerada e reformados. [sublinhos nossos] (Art. 14 do E-1)

E, ainda, como preceito contido dentro da definição de ética militar:

“(...) VI - zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual e físico e, também, pelo dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum; (...). [sublinhos nossos] (Art. 28 de E-1)

Devemos concluir pelo caráter compulsório e obrigatório do controle sobre o comportamento dos alunos, no interesse de que os mesmos sejam preparados segundo a ética militar – mesmo que eles não sejam militares!

Do mesmo modo que é necessário explicitar que o ensinamento do *espírito militar* (CASTRO, 1990) extrapola seu tempo formal (o somatório da ICM com a ACM), devemos destacar, também, que existe um sem-número de atividades no

chamado “contraturno”⁷² dos Colégios Militares (período em que os Colégios oferecem práticas diversas aos discentes, não listadas nas Grades Curriculares).

O programa oferecido pelos CM está longe de se esgotar no chamado “turno regular” (matinal, na maioria dos casos). Mesmo para os Colégios que não participam da experiência em curso de implantação da educação em tempo integral, a parte da tarde contém um expressivo leque de atividades, sem custo adicional, para enriquecer a vivência do “estar aluno”.

Classificadas em três categorias – atividades cognitivas, afetivas (artísticas) ou psicomotoras (esportivas) – temos: clubes de xadrez, matemática, astronomia, física, etc. (cognitivas); dança, teatro, banda de música, etc. (afetivas); e treinamento de equipes para inúmeras modalidades esportivas (psicomotoras).

Não devemos esquecer que, neste mesmo contraturno, funcionam os “grêmios das armas”, espaços de aproximação dos alunos com a história, os costumes – diríamos, mesmo com as *técnicas corporais* (MAUSS, 2003) – das armas, quadros e serviços do Exército⁷³, as quais constituem, segundo CASTRO (1990), uma subdivisão da identidade maior. Neste tempo de maior informalidade, o Exército pode se apresentar melhor aos alunos, cortejá-lo em atividades mais lúdicas, como as comemorações dos aniversários das armas.

Do ponto de vista do rendimento escolar, o SCMB vem construindo uma consistente imagem de excelência, ao longo dos últimos dez anos. Se, como nos mostram os dados, os Colégios sempre oferecerem uma educação de excelência a seus alunos – sem discutir os méritos da constituição dessa “excelência” – foi somente a partir da última década, no bojo de todo um conjunto de mudanças que

⁷² Dos doze CM, quatro cumprem seu expediente letivo regular obrigatório na parte da manhã – mais ou menos entre 07:00hs e 12:00hs; um deles (o de Brasília), tendo em vista conciliar o grande efetivo com a limitação das instalações, trabalha em dois turnos – o matutino para o Ensino Médio, e o vespertino para o Ensino Fundamental; sete deles experimentam, sob a supervisão da DEPA, o funcionamento em turno integral.

⁷³ São as armas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações; o serviço de Intendência e o Quadro de Material Bélico.

podemos reunir na alcunha de “retomada assistencial”, que este sucesso se tornou extensivamente público.

As razões dessa transformação na “imagem” dos Colégios podem ser mapeadas, de maneira superficial, como se segue:

1. Até o fim dos anos 1990, o caráter fortemente elitista dos CM os afastava, tanto do segmento escolar público, quanto do particular, das escolas de Educação Básica. Eles constituíam uma outra coisa, a parte, inclusive, das orientações do MEC.

2. A partir daí, a ampliação do acesso à Educação Básica promovida no governo de Fernando Henrique Cardoso, conjugada com a “retomada assistencial”, cria uma inédita pressão de demanda sobre o SCMB.

3. Surge um novo público discente dentro dos Colégios, não elitizado e plural, com características que exigem outra resposta pedagógica da direção do SCMB.

4. Do lado do governo federal, surgem e / ou são incrementados mecanismos de avaliação das escolas (Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, etc.), os quais são rapidamente corrompidos, em suas pretensões, vindo a servir ao ranqueamento das escolas no Brasil.

5. O governo federal institui diversos programas assistenciais vinculados aos seus mecanismos de avaliação (como o Censo Escolar) e à condição das escolas, se públicas ou privadas.

6. A demanda do novo alunado move os Colégios a se reconhecerem com públicos, porque, assim, os discentes são candidatáveis aos programas federais.

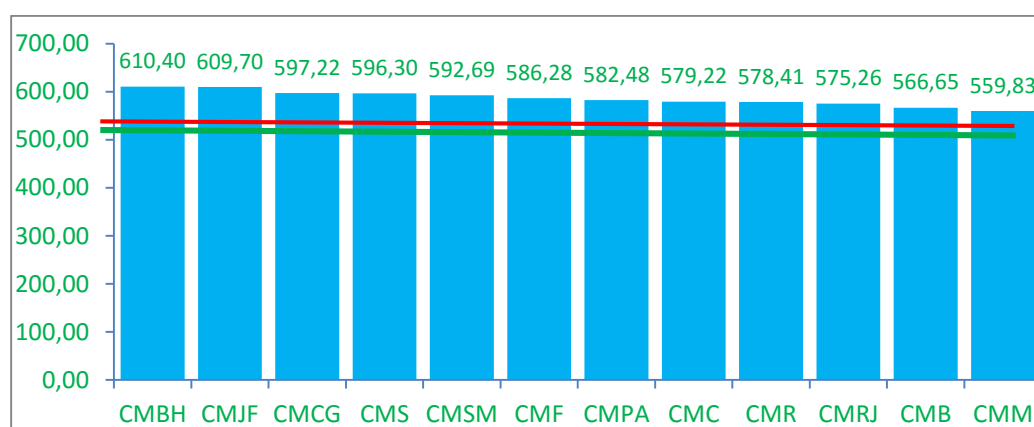
7. Na condição de escolas públicas, os CM passam a aparecer nas diversas mídias sempre com ótimos resultados.

8. Em alguns casos, como na “Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP”, a comissão organizadora da disputa estabelece uma classificação inédita (“escolas seletivas”) para separar os Colégios Militares – bem como escolas singulares como o sistema Pedro II, do Rio de Janeiro – das demais escolas públicas, porque os CM, em anos anteriores, conquistaram a maioria esmagadora das medalhas distribuídas.

É assim que emerge do relativo anonimato um sistema de ensino centenário: porque subsumido ao universo das escolas públicas brasileiras, disputando com elas as vagas privilegiadas nas universidades públicas (se possível, como cotista), bem como usufruindo do prestígio que as inserções nas mídias lhe proporcionam.

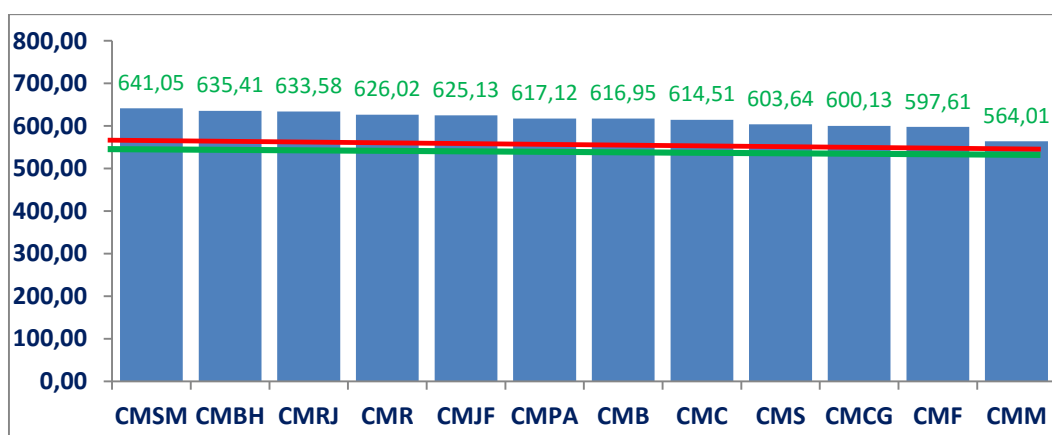
Exemplificando a demonstração dos ótimos resultados escolares, tomemos, como exemplo, o ENEM (2012):

ÁREA DE LINGUAGENS, CÓDIGOS E SUAS TECNOLOGIAS



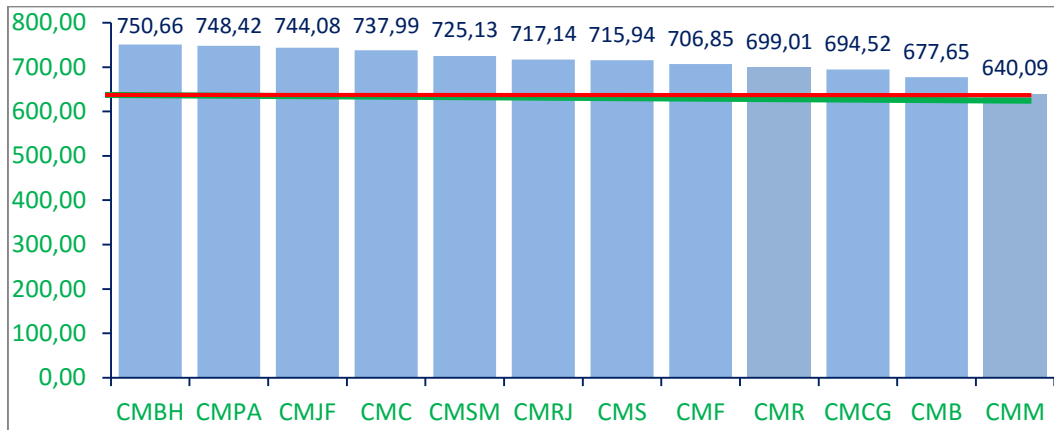
545,08 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS FEDERAIS) / 544,52 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES)

ÁREA DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E SUAS TECNOLOGIAS



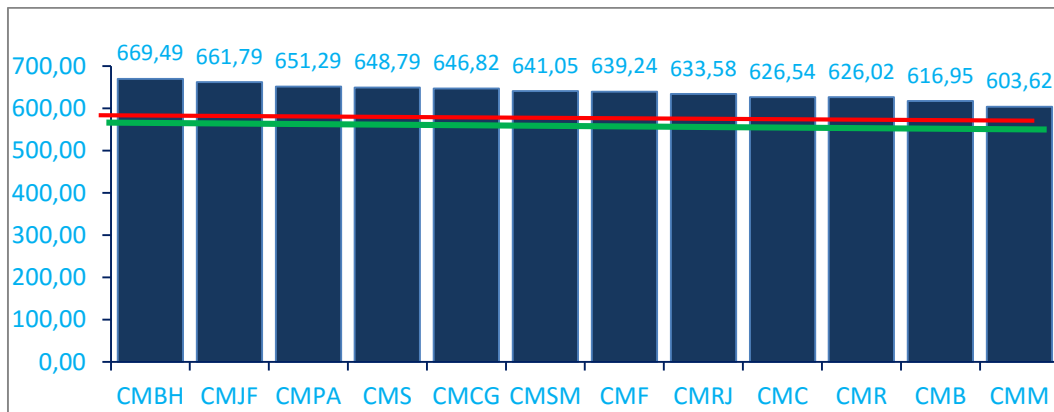
547,26 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS FEDERAIS) / 541,28 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES)

ÁREA DE MATEMÁTICA



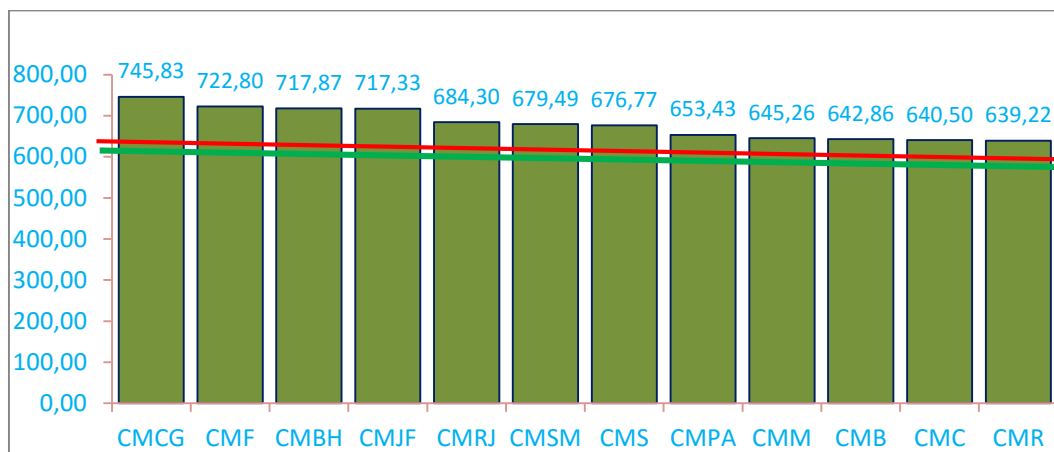
625,24 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS FEDERAIS) / 615,07 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES)

ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SUAS TECNOLOGIAS



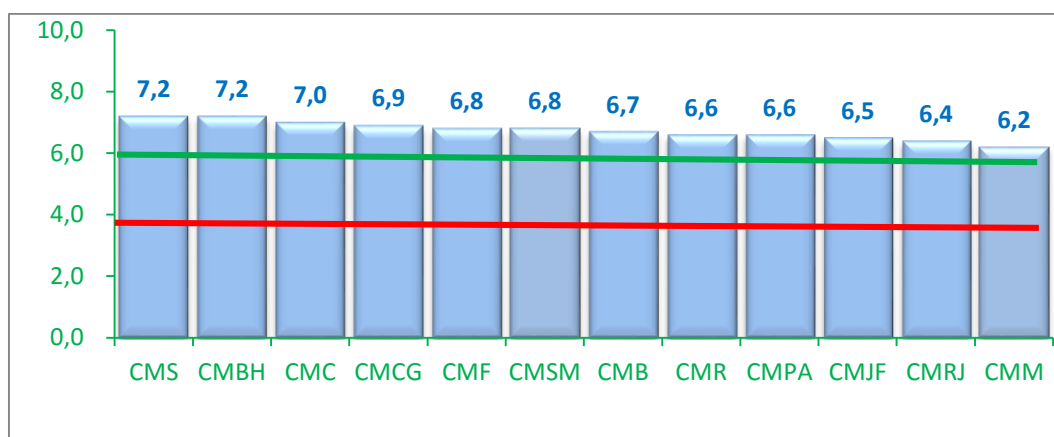
590,00 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS FEDERAIS) / 583,94 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES)

REDAÇÃO



613,07 MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS FEDERAIS) / 602,16 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES)

E, também como exemplo, o IDEB (2011):



3,9 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS PÚBLICAS) / 6,0 (MÉDIA NACIONAL DAS ESCOLAS PARTICULARES)

Foge ao escopo deste trabalho esmiuçar as diferenças internas de rendimento, principalmente a partir da estratificação do corpo discente por suas condições de ingresso: se processo seletivo ou via assistencial. Como registro, cabe observar que existem diferenças significativas entre os resultados dos dois grupos, diferenças estas que estão no centro de amplos debates e profundas mudanças na orientação pedagógica dos Colégios.

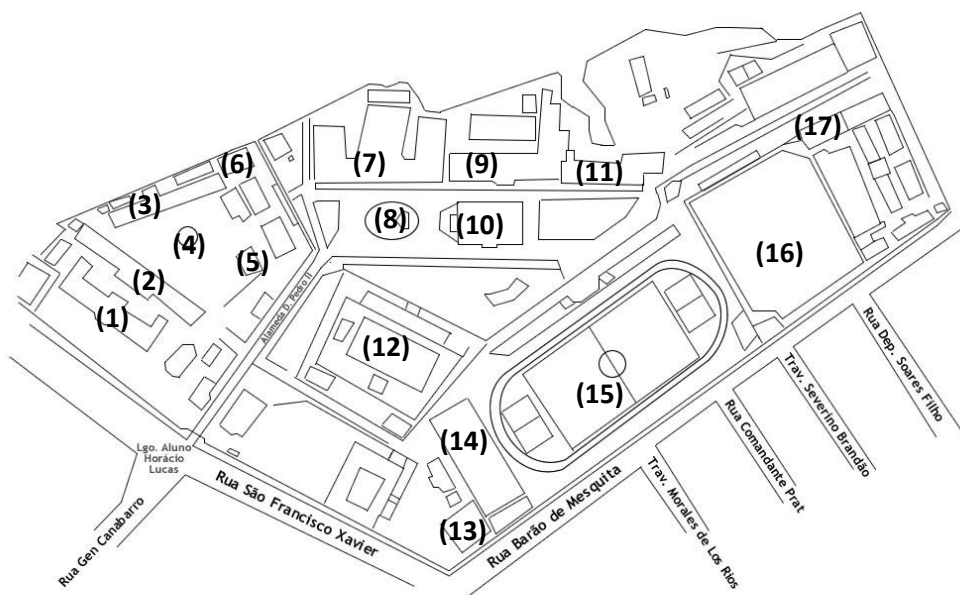
Procuramos apresentar um amplo panorama dos CM, partindo de seus aspectos quantitativos. Vamos, agora, particularizar a situação do Colégio Militar

do Rio de Janeiro, membro mais antigo deste sistema de ensino, local de nossa pesquisa etnográfica.

3.2. ... e o Colégio Militar do Rio de Janeiro, em particular

O CMRJ se localiza na Rua São Francisco Xavier, 267, no bairro carioca da Tijuca. Sempre ocupou as mesmas instalações, desde o tempo em que seu entorno era predominantemente rural. Boa parte delas remontam à República Velha, como atesta a maquete de 1908, hoje sob a guarda do Museu Thomaz Coelho, dentro do próprio CMRJ.

Do ponto de vista arquitetônico, seus cento e vinte e cinco anos pesam no cumprimento de sua finalidade. É possível perceber – como acontece menos naqueles colégios construídos para a finalidade da educação – que o desenho de suas salas varia de pavilhão para pavilhão, não porque assim o solicita a pedagogia, mas porque as salas foram construídas – e mesmo os pavilhões – atendendo ao aumento da demanda. Espaços foram sucessivamente recortados para conter mais salas, depois reintegrados e cortados novamente; como que cicatrizes são visíveis nas velhas paredes, atestando o vai-e-vem de sua história como educandário.



Para visualizarmos melhor o CMRJ em seu terreno, imaginemos três setores distintos, de acordo com a numeração acima.

Setor “a”, números de 1 a 6: concentram-se os professores e os alunos do Ensino Fundamental, tendo como centro geográfico o Pátio Miranda Reis. Detalhando:

(1): Pavilhão Felisberto de Menezes (todos os Pavilhões têm nomes de antigos comandantes do Colégio). É uma das edificações mais recentes do CMRJ, tendo sido construído entre 1927 e 1931). É um pavilhão visível do lado de fora do CMRJ, com suas janelas longas e aparência antiga. Nele funciona a biblioteca do Colégio.

(2): Pavilhão Marechal Carlos Barreto, mais conhecido como “pilotis”, por conta desse detalhe arquitetônico. Está destinado, integralmente, a salas de aula.

(3): Pavilhão Espiridião Rosas, onde está alocada a maioria dos professores. Mereceria toda uma outra pesquisa o inventário da ocupação desse pavilhão, a partir de sua reforma no ano 2000, quando os docentes foram realocados em uma nova proposta pedagógica, tendo sido forçados ao desligamento de suas fortes vinculações disciplinares (a alocação anterior reunia os professores, segundo suas disciplinas, em seções de ensino) para a reunião em um coletivo multidisciplinar.

(4): Pátio Miranda Reis: centro deste setor, local de recreio dos alunos do Ensino Fundamental.

(5): Companhia (de alunos) de Infância.

(6): Companhia (de alunos) de Comunicações.

Setor “b”, números de 7 a 11: concentram-se os alunos do Ensino Médio, e as principais cerimônias do CMRJ, tendo como centro a Praça Thomaz Coelho. Detalhando:

(7): Pavilhão Ribeiro Guimarães. Um dos prédios mais antigos do Colégio, onde fica o Auditório General Oscar Fonseca, cenário cedido pelo colégio para

algumas filmagens da “retomada” do cinema nacional, como o foram “Olga” e “Lisbela e o prisioneiro”.

(8): Praça Thomaz Coelho. Verdadeiro centro simbólico do Colégio, em torno da qual ocorre a maioria das formaturas. O busto do patrono do CMRJ foi esculpido por Rodolfo Bernardelli e inaugurado em 1906.

(9): Pavilhão Marechal Costallat. Onde concentram-se, hoje, os alunos do 3º ano do Ensino Médio.

(10): Palacete da Babilônia. Também conhecida como “Casa Rosa”, foi a sede da chácara da Baronesa de Itacurussá e local do comando do CMRJ, até sua recente interdição por risco de desabamento.

(11): Pavilhão Alexandre Leal.

Setor “c”, números de 12 a 15. Se tomarmos a Alameda Dom Pedro II, a “Alameda das Palmeiras Imperiais”, como eixo orientador da circulação interna no CMRJ, posto que ela, partindo do portão principal, secciona o terreno em duas partes e conduz o visitante até o ponto principal da estética do Colégio, que é a Praça Thomaz Coelho e suas cerimônias, então concluiremos que praticamente todo o lado direito do eixo concentra atividades de educação física, bem como espaços acessórios (estacionamentos, cantinas, etc.). Detalhando:

(12): Parque aquático.

(13): Bateria (de alunos) de Artilharia.

(14): Ginásio poliesportivo.

(15): Campo de futebol.

(16): Picadeiro de equitação.

(17): Esquadrão (de alunos) de Cavalaria.

O CMRJ é um estabelecimento que paga altos tributos a sua idade, este mesmo índice que lhe transfere valor na economia das tradições: seu potencial elétrico já foi redimensionado várias vezes, e ainda assim, encontra dificuldades em suportar as crescentes demandas por energia (por exemplo, é o CM em pior condição de climatização para seus alunos, posto que não possui ar-condicionado em quase nenhuma sala de aula – somente ventiladores de teto – e se encontra na capital mais quente do país, atualmente); o Palacete da Babilônia se encontra interditado à circulação, por risco de desabamento (o que compulsou a transferência do comando do Colégio para o Pavilhão Alexandre Leal); a manutenção, de modo geral, é sempre muito cara, porque são adicionados custos que têm a ver com *restauração* (estamos falando de valor histórico), ao invés de simples conserto.

O peso da idade se espria em outras rotinas, formais e informais, que podem ser percebidas, metaforicamente, como uma “velhice” institucional. Prédios velhos, se sujeitos aos vícios da administração pública, parecem ficar cheios de remendos, de “puxadinhos”, de “gambiarras”, como se a história fosse se materializando por acréscimo nas paredes, nos pisos, no próprio clima organizacional; como se o tempo acrescesse camadas, de tal forma que um hipotético restaurador pudesse raspá-las e ir lendo o passado naquilo que se deixasse ver sob a superfície: aqui a cor era outra, ali havia uma tomada, acolá o corredor foi aumentado mais uns metros... Como vários pavilhões datam da República Velha – e os demais não chegam a ser muito mais novos –, essa síndrome do velho prédio público poderia se explicar⁷⁴.

Acrescentemos ao que denominamos, muito de passagem, como uma “velhice” institucional (nesse sentido de práticas, rotinas, protocolos, costumes que parecem agarrar-se na escola, nunca sendo totalmente substituídos, assim como a tinta, os tijolos e o reboco velhos são identificáveis, nunca totalmente descartados nas reformas que deveriam modernizar as instalações), a característica muito

⁷⁴ Lembremos, também, da definição de *espectro*, em AGAMBEN (2014, p.63): “*De que é feito um espectro? De signos, aliás, mais precisamente de assinaturas, isto é, daqueles signos, cifras ou monogramas que o tempo arranha sobre as coisas. Um espectro traz sempre consigo uma data, ou seja, é um ser intimamente histórico. Por isso as velhas cidades são o lugar eminente das assinaturas que o flâneur lê quase distraidamente ao longo de suas derivas e de seus passeios; por isso as terríveis restaurações, que suavizam e uniformizam as cidades europeias, apagam suas assinaturas, tornando-as ilegíveis. E por isso as cidades – e especialmente Veneza – assemelham-se aos sonhos. No sonho, de fato, cada coisa pisca o olho a quem a sonha, cada criatura exibe uma assinatura, através da qual significa mais que os seus traços, os seus gestos e as suas palavras poderiam exprimir*”.

peculiar do processo de nomeação para comando no Exército, o qual, renovando o comandante do colégio a cada dois – no máximo três – anos, expõe o CMRJ a uma descontinuidade na qual sobressaem os personalismos, as leituras muito peculiares destes chefes de vida tão curta.

O Colégio vai sendo tatuado pelas histórias particulares de cada período de comando, seja na mudança de localização de diversas seções – nunca explicadas completamente por alguma vantagem operacional –, seja pelo deslocamento de estátuas, bustos e placas – fazendo andar os vultos históricos e suas mensagens edificantes, sem que se confirme alguma melhora neste passeio –, seja, ainda, pelas pequenas obras internas, que redimensionam espaços, mudam a cor das paredes, pretendendo modernizar o CMRJ de modo pouco transitivo.

O CMRJ é um dos Colégios “grandes”, segundo o ponto de vista de seu público discente (já foi maior: até 2002, funcionando em dois turnos – Ensino Médio pela manhã, Ensino Médio à tarde – comportava cerca de 2.700 alunos). Exemplificando a afirmação de que o tamanho de alguns CM, ainda que grande, não supre a demanda da guarnição assistida, lembramos o quanto é antigo o pleito por um segundo Colégio no Rio de Janeiro, talvez nas imediações da Vila Militar, para atender ao público morador daquela região.

Grande e apertado, portanto; seu ensalamento supera os 30 alunos por sala de aula, em média, ultrapassando o parâmetro idealizado pela DEPA como pedagogicamente interessante (25 alunos por turma), o qual, hoje, é honrado por poucos CM (normalmente aqueles situados em cidades que pouco justificam sua existência, como é o caso, já mencionado, das duas unidades mineiras).

A condição de ingresso nos oferece um forte indicador para abordar o CMRJ. A maioria de alunos “amparados” tem crescido muito lentamente nos dez últimos anos, não explicando, por este aumento, o sentimento difuso – porém persistente – que ressoa no discurso dos docentes, em especial daqueles com maior tempo de casa, de que “os alunos mudaram”, ou, em expressão mais contundente, de que

“estes alunos não deviam estar aqui”. Não é, simplesmente, o aumento (pequeno) de um perfil frente ao outro, mas, como mencionamos quando tratamos do dimensionamento geral do SCMB, o significativo distanciamento dos perfis, ou seja, a entrada de um *gradiente de diferença* nos Colégios, em especial no CMRJ.

Os 83% de alunos “amparados”, embora constituindo um segmento significativo, não são um efetivo que tenha aparecido repentinamente no Colégio; essa maioria sempre esteve lá, ainda que em quantidade um pouco menor. Porém, fruto de toda a transformação do alunado da educação básica nacional nas duas décadas passadas, essa fatia do corpo discente tornou-se inédita, singular e, em certo sentido, inesperada.

Para ela não foram feitos o código de honra, consuetudinário ou formalizado, que busca amoldar os alunos; os custos de manutenção da condição de alunos (uniformes, livros didáticos, etc.), certamente maiores do que a média das escolas públicas, ainda que “seletivas”; nem mesmo a visão de mundo monocórdica da instituição militar. O CMRJ, bem como os demais Colégios, tem de se adaptar a este novo contexto; mas podemos arriscar que, por sua situação de primogênito, pelo peso já mencionado de seus cento e vinte e cinco anos, por ter se configurado como um polo irradiador – ainda que informal – desse código da “identidade do aluno do colégio militar”, o CMRJ encontra uma dificuldade maior e vivencia um conflito interno mais doloroso neste processo.

Chegamos, pelo caminho da estratificação do alunado segundo sua condição de ingresso, a uma característica fundamental do CMRJ, que é a existência de “armas” no Ensino Médio.

É um ponto de partida deste trabalho que o aluno emula, em sua experiência de discente, a identidade militar, e que é o Exército que fornece os elementos para essa mimese. Na história da Força Armada que chega ao cotidiano dos colégios, vem a rebote as armas do Exército, junto com seus patronos, suas batalhas e demais feitos históricos. O culto à instituição é o culto aos seus vultos. Em todos os CM são marcados, portanto, os diversos aniversários, dando oportunidade para formaturas, desfiles, palestras e comemorações diversas.

Um aprofundamento dessa vivência da Força é a participação – voluntária – dos alunos nos grêmios das armas. Cumprindo uma carga horária extracurricular, os discentes se familiarizam com o trabalho de cada arma dentro do Exército, o que pode favorecer o despertar de uma vocação, mas, mais que isso, permite o contato – e, no limite, a filiação – às *técnicas corporais* específicas das armas.

No CMRJ, fruto de concessões no passado que a tradição particular do colégio determinou manter, os alunos do Ensino Médio fazem parte de uma dessas quatro armas: Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Comunicações, mediante escolha segundo o mérito intelectual, aferido ao fim do 9º ano do Ensino Fundamental. Os alunos não cursarão os últimos três anos do curso, portanto, alheios ao enquadramento específico dessas armas, diferentemente do que acontece no outros onze CM, em que a filiação é voluntária e extracurricular.

Fazer parte de uma arma, ainda que mantendo a situação de mimese – o aluno não tem nenhum compromisso formal com ela – impõe a adoção cotidiana de itens identitários particulares, posto que somente a Infantaria calça coturno, a Cavalaria veste culote, etc. Da mesma forma, implica, para o discente, pertencer somente as turmas escolares de sua arma, as quais, por sua vez, reúnem-se nas companhias de alunos correspondentes⁷⁵.

Assim é que o Ensino Médio do CMRJ, distintamente da conformação do Ensino Fundamental, em que existem quatro companhias “genéricas”, se organiza em subunidades das quatro armas, a saber: uma Companhia de Infantaria; um Esquadrão de Cavalaria; uma Bateria de Artilharia e uma Companhia de Comunicações.

Como a destinação dos alunos segue o ordenamento do mérito intelectual, ou seja, escolhem primeiro os melhores classificados, acontece a destinação compulsória daqueles que não pontuaram, no 9º ano, o suficiente para garantir sua liberdade de escolha. Diz-se, neste caso – como, também, na escolha das armas que

⁷⁵ “Companhias de Alunos” (CiaAl) são subdivisões (chamadas de “subunidades”) do Corpo de Alunos, organizadas em um conjunto de partes ainda menores, os pelotões. Assemelham-se às companhias encontradas dentro das unidades militares de valor Batalhão, e, como elas, recebem denominações específicas: as companhias em uma unidade de Cavalaria (Regimento) denominam-se “esquadrões”; em uma unidade de Artilharia (Grupo), “baterias”. Nas unidades de Infantaria e Comunicações – que nos interessam mais de perto – denominam-se somente de “companhias”.

ocorre na AMAN, da qual o processo no CMRJ foi espelhado – que o aluno foi “compulsado”. É claro que, no caso referencial da Academia Militar, esta destinação compulsória implica – muitas vezes – em um complicado jogo de adaptações que pode chegar até a desistência da carreira, quando de uma flagrante incompatibilidade entre os anseios pessoais do cadete (que apontavam para outra arma) e o futuro que se avizinha na arma em que foi possível ingressar.

Para o aluno do CMRJ, ser destinado a um enquadramento que não era o desejado pode acarretar frustrações e alguns problemas de adaptação, porém, obviamente, em outro nível de complexidade. O que é preciso pontuar é como este colégio traz para a formalidade, como força ao cotidiano dos alunos um status que, nas demais unidades que compõem o sistema, se preserva complementar, extracurricular, e, por isso, mais leve e até lúdico.

Atentando para a materialidade que essa classificação do Ensino Médio introduz no colégio, destacamos que existe uma distribuição desigual de prestígio entre as armas, desigualdade esta que servirá de fiadora ao arrendamento desigual do espaço do CMRJ.

A Cavalaria tem maior prestígio quando da escolha dos alunos. Como, historicamente, os melhores alunos vão para lá, se estabeleceu um “efeito Tostines”: a Cavalaria é melhor porque para lá vão os melhores alunos, ou os melhores alunos vão para lá porque a Cavalaria é a melhor? Esta recursividade implantou uma tautologia que valorizou aquela arma, criando, na extremidade oposta da distribuição de prestígio, a figura desvalorizada da arma de Comunicações⁷⁶.

Em outra oportunidade (FREIRE, 2007), descrevemos um conflito que chegou ao extremo da agressão física entre as subunidades citadas acima. Interessamos, por enquanto, demarcar que essa distribuição desigual de prestígio materializou-se em uma desigual distribuição do espaço de cada arma no próprio colégio.

⁷⁶ Sobre casos semelhantes de sociologia das relações de poder, ver ELIAS e SCOTSON (2000) e, especificamente para o caso do CMRJ, ver FREIRE (2005).

Todas as companhias ocupam edificações que as apoiam quanto ao espaço necessário para o fazer administrativo. São construções que, ao longo do tempo, neste processo mesmo de substituições de finalidade que vão sobrepondo camadas de história por sobre o colégio, serviram para diversas coisas mas, agora, são os endereços das subunidades. No momento em que esta pesquisa aconteceu, as sedes das armas eram as seguintes.



Figura 1: Prédio da Companhia de Infantaria (CiaInf)

Situada no pátio Miranda Reis (setor “a” de nossa descrição), esta é a atual instalação destinada aos alunos da arma de Infantaria. Fica ao lado de um prédio semelhante, destinado à Seção Psicopedagógica e bem próximo da Alameda Dom Pedro II, eixo de circulação do CMRJ.



Figura 2: Prédio da Companhia de Comunicações (CiaCom)

Também no Miranda Reis, só que em posição oposta e mais escondida, está o prédio das Comunicações. Fica mais próximo aos professores e de frente à Seção

Técnica de Ensino (STE), seção singular nas escolas militares, destinada à formatação das avaliações escolares formais.



Figura 3: Prédio da Bateria de Artilharia (BiaArt)

No setor “c”, próxima do muro que dá para a Rua Barão de Mesquita, ao lado da Seção de Saúde do Colégio e do ginásio poliesportivo, fica a Bateria (de alunos) de Artilharia.

Ao fundo do setor “c” começam as instalações da Cavalaria. Além de uma edificação equivalente às demais, na qual funciona o Esquadrão (de alunos) de Cavalaria, “pertence” (informalmente) a estes alunos toda a parte hípica propriamente dita:



Figura 4: Picadeiro do CMRJ, parte das instalações do Esquadrão de Cavalaria (EsqdCav)

Não havendo uma hierarquia entre as armas – nem no Exército, de onde elas se originam, muito menos no CMRJ, onde elas estão espelhadas em fantasia –, não havendo nenhuma justificativa para uma distinção que sobrevalorize a Cavalaria em relação às demais, vale o destaque sobre como se foi consolidando, recursivamente, uma distribuição de espaço desigual (a Cavalaria acaba ocupando mais de 10% do terreno disponível de todo o CMRJ) para uma distribuição desigual de prestígio.

Este capítulo pretendeu pontilhar melhor a imagem de todos os Colégios Militares, em geral, e do CMRJ, em particular, *locus* de nossa pesquisa. Trazendo dados mais objetivos, concretos, buscou materializar o SCMB e a figura central de seu primogênito.

Nesta rápida compilação de dados, fica explicitada a semelhança entre os colégios, fruto de orientações centralizadas pela DEPA – inclusive uma total uniformidade curricular –, semelhança esta atestada pela proximidade entre os resultados escolares dos alunos nos principais indicadores federais: o ENEM e o IDEB. Fica explicitada, também, a raiz da diferença entre eles, necessária para a própria vida e vitalidade das unidades do sistema, que é fruto da distância no território nacional, da relação de cada um dos colégios com as culturas específicas de suas regiões e, como ficou melhor demarcado pela compilação de dados, pelas diferenças concretas entre as condições de existência dos CM: tamanhos, idades, e efetivos.

A questão da “semelhança” e da “igualdade” sempre foi muito delicada para o Exército, quando do trato com seus Colégios Militares. A DEPA surge (1973) no esteio de um discurso uniformizador, quando existiam oito dos doze CM e nenhuma centralização pedagógica; hoje, como se observa nos textos oficiais, sobressaem mais as determinações de controle e supervisão (Regulamento da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial – EB 10.05.034), bem como a destinação técnico-pedagógica:

“Art 1º A Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial (DEPA), órgão de apoio setorial do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX), tem por missão planejar, coordenar, controlar e supervisionar a condução da educação básica e a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos Colégios Militares (CM), bem como estabelecer a ligação técnica com as organizações de ensino determinadas pelo escalão superior” (Sublinhos nossos; Boletim do Exército nº 30, de 25 de julho de 2014, p.43).

Ficou delineada a imagem de um educandário grande em vários sentidos: no espaço que ocupa (todo um quarteirão no bairro da Tijuca); na quantidade de alunos que atende (cerca de 2.000 discentes); no tempo de existência (125 anos, só mais novo que poucos outros, como o Colégio São Bento – 157 anos – ou o Colégio Dom Pedro II – 178 anos). E grande, também – e talvez principalmente –, na quantidade de símbolos e tradições que gere, sendo o repositório das imagens, das histórias e do folclore particular de todos os Colégios.